



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10730.001265/2008-08  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2102-002.122 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 20 de junho de 2012  
**Matéria** Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF  
**Recorrente** JARDEL CARNEIRO MOREIRA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2004

DESPESAS MÉDICAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PAGAMENTO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO

A comprovação do efetivo pagamento das despesas médicas é ônus do contribuinte, sempre que instado pela fiscalização a fazê-la. A apresentação de recibos, isoladamente, não assegura o direito à dedução da base de cálculo do imposto dos valores supostamente pagos, sendo imprescindível a exibição de cópias de cheques, transferência de numerário ou comprovação de saques em datas que precederam aos pagamentos, que evidenciem a disponibilidade para fazê-lo com numerário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.

*Assinado digitalmente*

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

Presidente

*Assinado digitalmente*

ATILIO PITARELLI

Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Atilio Pitarelli, Carlos André Rodrigues Pereira Lima, Giovanni Christian Nunes Campos, Nubia Matos Moura, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti e Rubens Maurício Carvalho.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário face decisão da 7<sup>a</sup> Turma da DRJ/RJ2, de 18 de maio de 2011 (fls. 25/32), que por unanimidade de votos negou provimento à impugnação apresentada tempestivamente pelo Recorrente, mantendo assim a exigência fiscal objeto de lançamento lavrado em 24/12/2007 (fl. 09), no valor total de R\$ 7.891,28, sendo R\$ 3.712,50 a título de imposto suplementar, R\$ 2.784,37 de multa de ofício e R\$ 1.394,41 de juros de mora.

Com efeito, o lançamento teve origem na glosa da dedução da base de cálculo do imposto de valores pagos a título de despesas médicas no valor de R\$ 13.500,00, por falta de comprovação ou de previsão legal para a sua dedução, referentes ao CPF 900944417-15, que não preenchem os requisitos do art. 80, par. 1º III do RIR/99.

Notificado do lançamento o Recorrente impugnou o trabalho fiscal, alegando que a fisioterapeuta Claudia Mirella Monticelli Linhares Ferreira, beneficiária dos pagamentos por ele efetuados os ofereceu à tributação na sua DIRPF (fl. 04), conforme cópia da mesma acostada aos autos, o que evidencia a improcedência do trabalho fiscal, sendo ainda, objeto de declaração dos serviços prestados, constante à fl. 03, no valor de R\$ 13.800,00.

Conforme mencionado inicialmente, a exigência fiscal foi mantida por votação unânime da 7<sup>a</sup> Turma de Julgamento da DRJ/RJ2, em sessão de 18/05/2011, que após a transcrição de dispositivos legais, que asseguram a dedução de tais despesas mas estabelecem ao contribuinte o ônus de comprovar o efetivo pagamento, manteve o trabalho fiscal, por entender que os documentos apresentados não preenchem os requisitos do art. 80, par. 1º, III do RIR/99, não constando o endereço ou CPF da profissional prestadora dos serviços.

Em grau de Recurso Voluntário a este colegiado, à fl. 30, o Recorrente alega que o endereço e CPF consta do documento de fl. 04 (DIRPF da profissional) e que embora não conste do recibo, a análise processual demonstra os dados alegados pela decisão recorrida como faltantes.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Atilio Pitarelli, Relator.

O recurso é tempestivo, em conformidade do prazo estabelecido pelo artigo 33 do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, foi interposto por parte legítima e está devidamente fundamentado.

A razão da glosa da despesa com o tratamento fisioterápico, no valor de R\$ 13.500,00 deu-se em função do recibo não preencher os requisitos previstos no art. 80, par. 1º, III do art. 80 do RIR, que decorre do art. 8º da lei n.º 9.250/95, razão pela qual foi lavrado o Auto de Infração.

Com efeito, a aceitação da redução da base de cálculo de tais valores, a título de despesas médicas, está condicionada não só à apresentação de recibos com os requisitos exigidos pela legislação, como também, quando questionados, à comprovação do efetivo pagamento, pois até mesmo em consideração aos valores envolvidos, o usual seria a utilização de cheques ou mesmo de expedientes bancários para a transferência do numerário, o que é de fácil comprovação.

O direito à dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas dos valores pagos a título de despesas médicas, no caso, fisioterápicas, está assegurado pela legislação, mas esta também estabelece como ônus do contribuinte, fazer a prova sempre que instado pela fiscalização, de que tais despesas efetivamente foram por ele suportadas. A apresentação de declarações ou mesmo da DIRPF da suposta beneficiária, no caso, não afasta a pretensão fiscal, notadamente em função dos valores envolvidos, razão pela qual, não são suficientes para usufruir do benefício.

Na condição de médico, o Recorrente declarou oferecendo à tributação, como rendimentos recebidos de pessoas físicas, o valor de R\$ 16.360,00 (fl. 19), o que supostamente poderia fazer frente às despesas do tratamento fisioterápico que totalizou naquele ano R\$ 13.500,00, pagando-o em numerário, mas desta receita efetuou as deduções, que redundou em valores negativos, a ponto de excluí-lo da sujeição ao recolhimento através do carnê leão.

A dedução da base de cálculo do imposto de renda dos valores pagos a profissionais da fisioterapia encontra previsão legal no inciso II alínea "a" e par. 2º da Lei 9.250/95 , que assim estabelecem:

*Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:*

*II - das deduções relativas*

*a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;*

*§2º O disposto na alínea a do inciso II:*

*II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;*

*III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento; (Grifos Nossos).*

Mas além desta previsão legal, relevante mesmo é que as razões da fiscalização bem como o trabalho que resultou na lavratura do Auto de Infração encontra respaldo na legislação fiscal, que até mesmo coloca para o agente como uma atribuição nas suas funções, a de exigir dos contribuintes a comprovação dos efetivos pagamentos das despesas alegadas, sob pena de glosa, pois envolve a base de cálculo do imposto de renda, sobre a qual não lhe é facultado dispor de forma diferente.

Com efeito, o artigo 73, § 1º do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/99) e o artigo 46 da IN SRF nº 15/2001 estabelecem:

*Regulamento do Imposto de Renda - RIR199*

*Art. 73. Todas as deduções estão sujeitas à **comprovação** ou justificação, a juízo da autoridade lançadora (Decreto-lei nº 5.844, de 1943, art. 11, § 3º).*

(grifamos)

Vários são os precedentes deste colegiado a respeito, todos, como não poderia deixar de ser, no sentido do que estabelece a legislação acima transcrita, dos quais destacamos as seguintes ementas:

*IRPF - DEDUÇÕES COM DESPESAS MÉDICAS - COMPROVAÇÃO - Para se gozar do abatimento pleiteado com base em despesas médicas, não basta a disponibilidade de um simples recibo, sem vinculação do pagamento ou a efetiva prestação de serviços. Essas condições devem ser comprovadas quando restar dúvida quanto à idoneidade do documento (Ac. 1º CC 102-43935/1999 e Ac. CSRF 01- 1.458).*

*IRPF - DESPESAS MÉDICAS - DEDUÇÃO - Inadmissível a dedução de despesas médicas, na declaração de ajuste anual, cujos comprovantes não correspondam a uma efetiva prestação de serviços profissionais, nem comprovados os desembolsos. Tais comprovantes são inaptos a darem suporte à dedução pleiteada. Legitima, portanto, a glosa dos valores correspondentes, por se respaldar em recibo imprestável para o fim a que se propõe (Ac. 1º CC 104-16647/1998).*

*IRPF - GLOSA DE DESPESAS MÉDICAS - Se o contribuinte não logra comprovar por outros meios as despesas médicas relacionadas em recibos declarados inidôneos, apresenta-se correta a glosa de despesas, conforme preceitua o art. 73 do Decreto nº 3.000/99 (Ac.106-15484, sessão de 26/4/2006).*

Por todo o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário do contribuinte, para manter a glosa sobre as despesas questionadas.

*Assinado digitalmente*

---

ATILIO PITARELLI

Relator

CÓPIA